



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006801-36.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Antonio Carlos Redondo e outro**  
 Requerido: **Tokio Marine Seguradora**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**ANTONIO CARLOS REDONDO e CARLOS AMAURILHO REDONDO** propuseram ação de cobrança em face de **TOKIO MARINE SEGURADORA**. Preliminarmente, pleitearam pelos benefícios da justiça gratuita. No mérito, alegaram que são irmãos e herdeiros de **Neusa Maria Redondo**, falecida em 26.09.2016. Informaram que a falecida não deixou bens, filhos e tampouco os seus genitores são vivos. Alegaram que a falecida era titular de seguro de vida junto à seguradora requerida, que se negou ao pagamento da indenização prevista diante da falta de documentação de um dos herdeiros, que se recusa à entrega dos documentos. Requereram a condenação da requerida ao pagamento da cota parte pertencente aos requerentes.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 05/63.

Deferida a gratuidade (fl. 70).

Citada (fl. 74), a requerida apresentou contestação (fls. 75/84). Preliminarmente, arguiu pela falta de interesse de agir da parte autora, diante da ausência dos documentos obrigatórios para a efetivação do pagamento da indenização. Alegou que não houve resistência da seguradora para a conclusão do sinistro aberto e o consequente pagamento da indenização contratada. No mérito, reafirmou que não houve inércia ou recusa de sua parte quanto ao cumprimento do contrato de seguro. Declarou que o sinistro aberto se aperfeiçoaria com a simples apresentação dos documentos solicitados e, caso o terceiro herdeiro não tivesse interesse no recebimento do valor, bastava que juntassem ao pedido os seus documentos pessoais juntamente com declaração acerca da negativa em receber os valores. Impugnou a incidência de juros e correção monetária, requerendo a aplicação da Taxa SELIC. Requereu que, em caso de procedência da ação os autores sejam intimados para atualizarem seus dados pessoais, conforme legislação vigente. Juntou documentos às fls. 85/130.

Manifestação sobre a contestação às fls. 134/135.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Feito saneado à fl. 140 ficando afastada a preliminar aventada.

Instadas a se manifestarem acerca de possível interesse na realização de audiência de conciliação e sobre quais provas pretendiam produzir (fl. 140), os requerentes se manifestaram às fls. 143/144 e a requerida à fl. 145.

**É o relatório**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação de cobrança proposta pelos autores, irmãos da falecida Neusa Maria Redondo, beneficiária de seguro por morte junto à requerida. Informaram que o falecimento se deu em 26/09/2016 e desde então não lograram êxito no recebimento da indenização devida.

A preliminar de falta de interesse de agir já restou devidamente afastada (fl. 140), restando apenas a análise do mérito, o que passo a fazer.

Pois bem, em que pese as alegações da requerida, desnecessária a apresentação dos documentos de herdeiro estranho à lide e, ao que parece, desinteressado no recebimento de qualquer valor a título de indenização securitária.

Restou comprovada e incontroversa a existência de apólice de seguro em nome da segurada (fls. 20/53), assim como o falecimento conforme certidão de óbito de fl. 54. Os documentos de fls. 61/63 comprovam a relação de parentesco assim como a condição de herdeiros dos irmãos Antonio Carlos, Carlos Amaurillo e Jorge Luis, sendo o que basta.

A requerida, aliás, não impugna a existência do contrato de seguro e a obrigação quanto ao pagamento, se atendo a alegar apenas que não houve a devida apresentação dos documentos necessários para a finalização do sinistro com o consequente pagamento.

A negativa de um dos herdeiros quanto à apresentação dos documentos requeridos pela seguradora não pode obstar o direito dos demais. Dessa maneira, de rigor o pagamento apenas da quota parte pertencente aos herdeiros que intentaram o presente feito e demonstraram a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

existência de seu direito, sem prejuízo de o último herdeiro intentar pedido administrativo ou judicial visando ao recebimento de sua quota parte, quando entender cabível.

Assim, e considerando que o seguro previa o pagamento do valor de R\$ 12.000,24 em caso de morte, esse é o valor considerado para o cálculo da quota parte de cada herdeiro.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar a requerida ao pagamento do montante correspondente à quota parte cabível à **ANTONIO CARLOS REDONDO** e **CARLOS AMAURILHO REDONDO**. **O valor será atualizado monetariamente pelo tabela prática do TJSP e incidirão juros de mora de 1% ao mês., desde a citação.**

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Vencida, a ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com honorários advocatícios que fixo em 10 % do valor atualizado da condenação.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 19 de novembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**